

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREVIRIO
CNPJ nº 31.941.123/0001-50**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022**

1. Contexto Operacional

O Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro - PREVIRIO é uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, tendo a sua sede administrativa situada em Rua Affonso Cavalcante, 455 – Prédio Anexo – Cidade Nova. Foi criada pela Lei nº 1079, de 5 de novembro de 1987, que foi revogada pela Lei 3.344 de 28 de dezembro de 2001, que instituiu o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro – FUNPREVI. Atualmente, encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento através do Decreto nº 48.340, de 01 de janeiro de 2021.

A sua missão institucional é prover Previdência e Assistência aos servidores do município do Rio de Janeiro e seus dependentes. O Instituto é responsável pela gestão do FUNPREVI, que tem a finalidade específica de prover recursos para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados, e, do Fundo de Assistência da Saúde do Servidor – FASS, que subsidia o Plano de Saúde do Servidor Municipal – PSSM, além de efetuar a concessão e pagamento de benefícios de natureza assistencial e financeira aos seus segurados.

Importante registrar que o PREVIRIO tem contabilidade própria, distinta dos registros do FUNPREVI e do FASS, com objetivo de evidenciar sua situação financeira, patrimonial e orçamentária.

Não se verifica lucratividade na execução dessa atividade operacional. Para custeio de atividades de natureza assistencial, o PREVIRIO recebe recursos financeiros provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ e para as atividades de custeio, o PREVIRIO possui recursos próprios oriundos de sua atividade de gerenciamento.

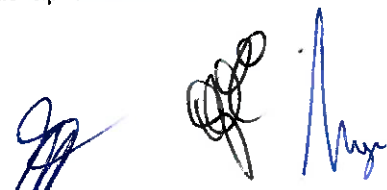
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações inseridas no Sistema corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade, sendo de responsabilidade destes gestores as operações realizadas e registradas, bem como a ratificação das informações contidas na conferência das demonstrações.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.



3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1. Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2. Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

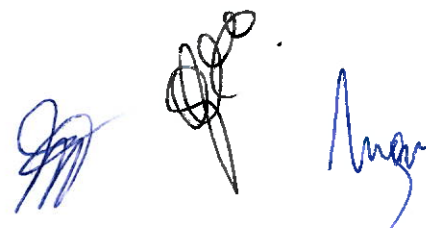
As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos próprios e recursos do Tesouro Municipal.

Os pagamentos a fornecedores, pessoal e encargos e outras obrigações são feitos na própria Tesouraria do PREVIRIO, o pagamento de benefícios assistenciais também efetivados pela Tesouraria desta autarquia utilizando recursos provenientes do Tesouro Municipal.

3.5. Créditos a Curto Prazo

Os créditos são registrados de acordo com a competência de sua respectiva receita sendo atualizados pelo IPCA. No caso de não recebimento, dentro de seu vencimento, são atualizados e controlados pela Gerência Financeira, sendo a última atualização na data do Balanço.



3.6. Estoques

Os bens de almoxarifado são mensurados pelo custo médio das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes.

3.7. Imobilizado

Os itens móveis do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. A depreciação é calculada pelo método linear considerando as taxas definidas pela entidade, sendo as mesmas divulgadas na Nota 4.3.3.

Os imóveis são avaliados pelo valor justo, semestralmente, através de Comissão Especial de Avaliação - CEA.

3.8. Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados Procuradoria Geral do Município - PGM de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações judiciais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demais provisões são calculadas pela Coordenadoria de Inteligência Orçamentária considerando estimativas de perda.

4 – Informações Complementares

4.1 – Balanço Orçamentário

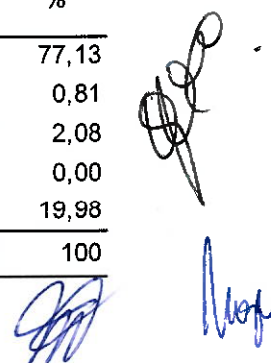
Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito:

Dotação Inicial	Créditos		Dotação Atualizada
	Suplementares	Cancelamentos	
R\$	R\$	R\$	R\$
104.324.687,00	7.965.132,49	(3.360.735,46)	108.929.084,03

Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Fonte:

As receitas geradoras de recursos financeiros do PREVIRIO se constituem fundamentalmente da prestação de serviços de gerenciamento e fruição do patrimônio através de aluguéis, rendimento de aplicações financeiras e outras receitas são provenientes de restituições e devoluções diversas; cópias de inteiro teor e multas contratuais, tendo a seguinte composição em 31/12/2022:

Detalhamento	Fonte de Recursos	31/12/2022		31/12/2021	
		R\$	%	R\$	%
Serviços de Gerenciamento	Própria	37.098.680,05	78,92	39.306.502,00	77,13
Aluguéis Recebidos	Própria	369.781,70	0,79	413.280,14	0,81
Aplicações Financeiras	Própria	4.040.114,70	8,60	1.057.931,97	2,08
Cessão de Direitos	Própria	1.253.860,00	2,67		0,00
Outras Receitas	Própria	4.240.135,67	9,02	10.180.580,14	19,98
Total		347.002.572,12	100	50.958.294,25	100



As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2022, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Detalhamento	Fonte de Recursos	Valor Empenhado		Valor Liquidado		Valor Pago	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos	Própria	30.518.557,40	46,44	30.518.557,40	47,01	28.167.643,96	45,61
Outros Serviços de Terceiros	Própria	5.188.063,41	7,90	4.495.744,80	6,93	4.334.980,27	7,02
Outras - Benefícios Assistências	Tesouro Municipal	29.049.863,91	44,21	29.049.863,91	44,76	28.415.626,10	46,01
Investimentos - Conservação de Patrimônio	Própria	802.174,74	1,22	687.970,94	1,06	687.970,94	1,11
Parcelamento da Dívida	Tesouro Municipal	154.397,03	0,23	154.397,03	0,24	154.397,03	0,25
Total		65.713.056,49	100	64.906.534,08	100	61.760.618,30	100

4.2 – Balanço Financeiro

4.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas

Os valores registrados como Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos e são provenientes dos recursos recebidos do Tesouro Municipal para pagamentos dos benefícios assistenciais, alcançando o valor de R\$ 29.229.411,41 em 31/12/2022.

4.2.2 – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2022 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extra-orçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de dispêndios. A composição por fonte de recursos dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

Detalhamento	Fonte de Recursos	RPN inscrito		RPP inscrito	
		em 31/12/2022		em 31/12/2022	
		R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos Sociais	PREVIRIO	-	0,00	2.350.913,44	74,73
Outros Serviços de Terceiros	PREVIRIO	692.318,61	85,84	160.764,53	5,11
Benefícios Assistenciais do Servidor	Tesouro Municipal	-	0,00	634.237,81	20,16
Investimentos - Conservação de Patrimônio	PREVIRIO	114.203,80	14,16	-	0,00
Total		806.522,41	100	3.145.915,78	100

4.3 – Balanço Patrimonial

Neste capítulo são apresentados os detalhes dos principais grupos desta Demonstração.

4.3.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2022, com expectativa de recebimento até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Créditos Imobiliários	36.978,17	171.604,43
Outros Créditos e Valores a Receber - Intra	38.108.551,96	35.976.668,10
Outros Créditos e Valores a Receber - Terceiros	741.679,38	335.825,00
Total	38.887.209,51	36.484.097,53

O principal valor, R\$ 37.372.194,09, classificado como Créditos e Valores a Receber - Intra, refere-se ao ressarcimento pelo FASS relativo ao plano dental, de acordo com pronunciamento feito através do Parecer PREVIRO/DJU 62/2016 que altera o entendimento quanto ao custeio de atividades alcançadas pela contribuição patronal (3%), prevista no § 1º do art. 3º do Decreto nº 23.593/2003.

No exercício de 2021 as contas classificadas no PCASP no grupo 113 - Demais Créditos a Curto Prazo foram apresentadas na linha Créditos a Curto Prazo, no exercício de 2022, passaram a ser demonstrados em linha específica, conforme definição constante do MCASP 9ª ed.

4.3.2 – Realizável a Longo Prazo

O valor apresentado neste grupo, refere-se a créditos com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte, alcançando o montante de R\$ 35.823.147,38 em 31/12/2022 e R\$ 32.949.583,14 em 31/12/2021, relativos às Contribuições Patronais pagas pelo PREVIRO no período de 2004 a 2007 e o seguro predial que deverão ser ressarcidos pelo Tesouro Municipal.

4.3.3 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade, conforme quadro demonstrativo.

Bens Móveis

Detalhamento	Taxa Anual Deprec. %	Custo de aquisição em 31/12/2022 R\$	Depreciação em 31/12/2022 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R\$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2021 R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	20	197.107,32	(166.430)	30.677,25	37.007,97
Equipamentos de Processamento de Dados	10	935.832,54	(873.722)	62.110,30	135.377,98
Mobiliário em Geral	10	302.576,79	(265.726)	36.851,05	44.204,45
Veículos	20	67.668,80	(67.669)	-	-
Obras de Arte e Decoração	0	4.122,04	-	4.122,04	4.122,04
Total Bens Móveis		1.507.307,49	(1.373.546,85)	133.760,64	220.712,44

Imóveis - Valor Justo

Detalhamento	Saldo final em 31/12/2021 R\$	Adições R\$	(-) Baixas R\$	Reclassificações R\$	Saldo em 31/12/2022 R\$
Edificações	11.100.000,00	-	-	-	11.100.000,00
Terrenos	27.977.268,60	33.700,00	-	-	28.010.968,60
Total	39.077.268,60	33.700,00	-	-	39.110.968,60

4.3.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Compreende as obrigações referentes a remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Pessoal a Pagar	2.319.632,51	2.280.372,96
Precatórios de Pessoal	568.658,64	909.921,97
Férias	768.219,03	896.081,96
Benefícios Assistenciais	634.237,81	772.565,02
Encargos Sociais - INSS	28.854,63	15.246,62
Total	4.319.602,62	4.874.188,53

4.3.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar - Intra	511.793,75	335.129,76	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar - Terceiros	451.041,99	1.068.106,16	-	-
Contas a Pagar - Parcelamento	19.348,42	-	-	156.370,91
Precatórios - Fornecedores	356.990,57	-	-	-
Total	1.339.174,73	1.403.235,92	-	156.370,91

Foi realizado o parcelamento das obrigações inscritas em Restos a Pagar até 31/12/2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235 de 3 de novembro de 2021, regulamentada pelo Decreto RIO nº 49831 de 26/11/2021 e Resolução Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18 de 13/12/2021. O parcelamento dessas obrigações está refletido na conta "Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais", tendo o montante sido reclassificado do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente e considerado como Dívida Consolidada, sendo o valor de R\$ 19.348,42, amortizável até 31/12/2023.

4.3.6 – Demais Obrigações

Com exigibilidade de curto prazo, apresenta os valores relativos a depósitos de cauções, valores de retenções tributárias sobre obrigações trabalhistas e serviços faturados, valores inerentes ao Financiamento Imobiliário a serem transferidos para o FUNPREVI, bem como outros valores a restituir, conforme tabela abaixo:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Retenções Diversas - Intra	209.699,54	268.237,86
Retenções Diversas - Terceiros	3.357.534,81	2.423.560,32
Depósitos e Cauções	299.019,54	81.719,54
Bloqueios Judiciais	-	(72.856,31)
Receita a Apropriar - Terceiros	250.771,99	63.242,76
Outras Obrigações - Intra	159.605.344,99	127.628.298,83
Total	163.722.370,87	130.392.203,00

O valor classificado como Outras Obrigações - Transações Intra é relativo a benefícios pagos pelo Tesouro Municipal em definição de obrigatoriedade de pagamento pelo PREVIRIO já inscrito como Direito a Receber pela Administração Direta e valores inerentes ao Financiamento Imobiliário a serem transferidos para o FUNPREVI.

Os valores relativos a receita a apropriar referente ao período de janeiro a dezembro de 2023, referem-se ao montante ainda não apropriado como receita (referente a curto prazo), dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta estão evidenciados no saldo deste grupo de contas. As parcelas a partir de janeiro 2024 serão reconhecidas no resultado em seus períodos de competência futura, estando o valor evidenciado no "Resultado Diferido"

4.3.7 – Provisões

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes as ações judiciais que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações Procuradoria Geral do Município – PGM e os valores estimados relativos ao risco do Financiamento Imobiliário decorrentes de falecimento do beneficiário ou danos físicos no imóvel alienado, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Longo Prazo	
	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Riscos Cíveis	2.784.632,19	2.361.422,20
Seguro de Vida -Financiameto Imobiliário	10.797.909,40	17.723.170,72
Provisão de Danos Físicos- Financiamento Imobiliário	5.098.579,15	5.301.541,70
Total	18.681.120,74	25.386.134,62

4.3.8 – Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo, encontram-se no grupo Demais Obrigações – Receita a Apropriar.

Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total remanescente (meses)	Longo Prazo	
				31/12/2022	31/12/2021
				R\$	R\$
Contrato SMPF nº 107/2022	Cessão de direito sobre Folha de Pessoal	Banco Santander S. A.	56 meses	919.497,33	0,00
Total				919.497,33	0,00

4.3.9 – Patrimônio Líquido

A PREVIRIO possui em seu Patrimônio Social o valor de R\$ 931.157.037,98.

Nuse


O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Resultado do Exercício	(13.695.439,08)	11.947.744,91
Resultado de Exercícios Anteriores	(959.370.700,08)	(966.051.778,46)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.450.469,84	(5.266.666,53)
Total	(970.615.669,32)	(959.370.700,08)

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Detalhamento do Ajuste		Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2022
		Fato	R\$	
Ativo Circulante	74.453.729,63	Retificação de Contas a Receber - por não reconhecimento da receita em exercício anterior.	2.432.552,00	
		Retificação de Almoxarifado - por não reconhecimento de entrada em exercício anterior.	17.917,84	76.904.199,47
Efeito líquido			2.450.469,84	

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A arrecadação relativa a Serviços de Gerenciamento é atrelada a necessidade de gastos do Instituto para operacionalização de suas atividades sendo a variação apresentada dentro da normalidade.

O montante pago relativo a benefícios assistenciais diminuiu em 13,8%, em 2022 com relação a 2021, efeito provocado pela redução de pagamento do benefício relativo a Pecúlio Post Mortem (em cerca de 50%) e de Auxílio Funeral (em cerca de 25%) atribuído ao melhor controle, em 2022, dos falecimentos ocorridos em decorrência da pandemia de COVID-19. Ressalto que a receita de transferência é recebida de acordo com a necessidade de pagamento de benefícios variando em consonância com tal despesa.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas engloba despesas de diversas naturezas não sendo identificada regularidade na sua apuração.

4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez.

Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2022, os valores extraorçamentários, vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução, como as cauções recebidas, no valor de R\$ 10.405.645,20, dos quais R\$ 6.539.391,31 relativos a Financiamento Imobiliário a repassar ao FUNPREVI.

Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

4.6 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

O patrim nio líquido da entidade variou negativamente em 39,85%, resultando no valor negativo de R\$ 39.458.631,34 ao final de 2022 (- R\$ 28.213.662,10 negativo em 2021).

Os ajustes de exercícios anteriores, decorrentes de retifica o de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, aumentaram o patrim nio líquido em R\$ 2.450.469,84, conforme evidenciado na Nota 4.3.9.

5. Outras Informa es

Contingências

São apresentadas no quadro a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento	31/12/2022 R\$
Contingências Passivas	
Riscos de A�es Cíveis	536.349.147,01
Total	536.349.147,01

6. Partes Relacionadas

O PREVIRIO mant m em suas transa es comerciais e operacionais as seguintes liga es com:


- a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na rela o financeira, como fonte de custeio do pagamento de benefícios assistências;


- a Empresa Municipal de Artes Gráficas pelos serviços de publica es oficiais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e por serviços gráficos de confec o de cartões de visita, entre outros;


- o FUNPREVI, na rela o orçamentária, relativas a atividades de Serviço de Gerenciamento;

- o FUNPREVI, na rela o de repassadora de contribui o previdenciária dos servidores, através de consigna o.

- o FASS, na rela o de repassadora de contribui o dos servidores, através de consigna o, para custeio do Plano de Saúde.


VANESSA GONCALVES Q. EVANGELISTA
Gerente de Contabilidade
CPF: 037.561.057-59
Contadora - CRC-RJ 90.655


MANOEL ARISTIDES M. DO NASCIMENTO
Diretor de Administra o e Finanças
CPF: 954.250.637-68
Contador - CRC-RJ 062.544


MELISSA GARRIDO CABRAL
Presidente
CPF: 025.885.947-93